

Atualizada de acordo
com a EC 132/2023 e
com a jurisprudência
mais recente

3ª edição
revista,
atualizada
e ampliada

CURSO DE DIREITO TRIBUTÁRIO

Tathiane Piscitelli

THOMSON REUTERS
**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**

Diretores de Conteúdo e Operações Editoriais
ALEXANDRE FERREIRA MATTIOLI E JULIANA MAYUMI ONO

Gerente de Conteúdo
ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES

Editorial: Aline Marchesi da Silva, Camilla Sampaio, Karolina de Albuquerque Araújo Martino e Quenia Becker

Analista de Conteúdo Editorial Júnior: Ana Carolina Francisco

Estagiários: Aline Pavanelli e João Victor Sales

Produção Editorial e Equipe de Conteúdo Digital
Gerente de Conteúdo
MILISA CRISTINE ROMERA

Especialistas Editoriais: Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analista de Projetos: Jéssica Viana Bezerra

Analistas de Operações Editoriais: Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade e Patrícia Melhado Navarra

Analistas de Qualidade Editorial e ProView: Ana Paula Cavalcanti, Gabriel George Martins, Gabriela Cavalcante Lino, Maria Carolina Ferreira, Maria Cristina Lopes Araujo, Rodrigo Araujo e Victória Menezes Pereira

Estagiária: Rebeca Crespo Rangel

Capa: Lucas Kfoury

Adaptação capa: Linotec

Líder de Inovações de Conteúdo para Print
CAMILLA FUREGATO DA SILVA

Gerente de Operações e Produção Gráfica
MAURICIO ALVES MONTE

Analistas de Produção Gráfica: Ana Paula de Araújo Evangelista e Jéssica Maria Ferreira Bueno

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Piscitelli, Thiane
Curso de Direito Tributário / Thiane Piscitelli. -- 3. ed. rev., atual. e ampl. -- São Paulo :
Thomson Reuters Brasil, 2024.

Bibliografia.
ISBN 978-65-260-1757-9

1. Direito tributário 2. Direito tributário - Brasil 3. Direito tributário - Legislação - Brasil
4. Tributos - Brasil I. Título.

24-188752

CDU-34:336.2

Índices para catálogo sistemático:

1. Direito tributário 34:336.2

Cíbele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

Sumário

Apresentação	7
---------------------------	----------

INTRODUÇÃO

Capítulo 1. O exercício da tributação como meio de financiamento do Estado e a formação do direito tributário como disciplina autônoma	22
1. Notas introdutórias: tributação e o financiamento estatal	23
2. Apanhado histórico: a formação do direito tributário como prática autônoma	33
3. A codificação do direito tributário	48
4. O direito tributário na Constituição da República de 1988	53
5. Notas finais: análise da tributação a partir das competências tributárias	54

PARTE I

O DIREITO TRIBUTÁRIO NA CONSTITUIÇÃO

Capítulo 2. Princípios que regem o direito tributário: certeza e justiça na tributação	58
1. Princípios constitucionais tributários na reforma tributária	63
1.1. Simplicidade, transparência e justiça tributária: explicitação de normas constitucionais já postas	65
1.2. Proteção ao meio ambiente e princípio da cooperação: novos paradigmas de política tributária	66
2. Princípios constitucionais tributários e a segurança jurídica na tributação: legalidade, anterioridade e irretroatividade	68
2.1. Princípio da legalidade no direito tributário	68
2.1.1. Criação e modificação de tributos: instrumento legislativo adequado	73

2.1.1.1. Criação e modificação de tributos via lei ordinária	74
2.1.1.2. Criação e modificação de tributos via lei complementar	78
2.1.2. Elementos do tributo e a exigência de lei	83
2.1.3. Alteração de alíquotas via Decreto: exceção à legalidade?	88
2.2. Princípio da anterioridade tributária.....	90
2.2.1. Exceções ao princípio da anterioridade: artigo 150, parágrafo 1º, da Constituição	93
2.2.1.1. Exceções absolutas ao princípio da anterioridade (artigo 150, inciso III, alíneas b e c)	94
2.2.1.2. Exceções à anterioridade do exercício seguinte (artigo 150, inciso III, alínea b)	94
2.2.1.3. Exceções à anterioridade de 90 dias (artigo 150, inciso III, alínea c)	95
2.2.2. Anterioridade na criação ou majoração de tributos por meio de medidas provisórias.....	96
2.2.3. Anterioridade e a revogação de isenções	98
2.3. Princípio da Irretroatividade	100
2.3.1. As leis expressamente interpretativas e o princípio da irretroatividade no direito tributário	103
2.3.2. Retroação da norma tributária mais benéfica ao sujeito passivo	107
3. A justiça via Sistema Tributário Nacional: princípios da isonomia, capacidade contributiva e não confisco	108
3.1. O princípio da isonomia em matéria tributária	109
3.1.1. Isonomia entre os entes da Federação: a proibição das isenções heterônomas, o princípio da uniformidade geográfica e temas correlatos	111
3.1.1.1. Isenções heterônomas	111
3.1.1.2. Uniformidade geográfica	115
3.1.1.3. Outras hipóteses: artigo 151, II, e artigo 152, da Constituição	116
3.1.2. Isonomia do ponto de vista dos contribuintes: não discriminação e tratamento tributário favorecido	117

3.1.2.1. Comando geral da isonomia: artigo 150, inciso II, da Constituição	117
3.1.2.2. Tratamento tributário favorecido às microempresas, às empresas de pequeno porte e aos atos cooperativos	118
3.1.2.3. Isonomia tributária e as conexões com a desigualdade de gênero e raça	121
3.1.2.3.1. Linhas gerais do debate	121
3.1.2.3.2. Reforma tributária e as desigualdades de gênero e raça: avanços e retrocessos na realização do princípio da isonomia	134
3.2. O princípio da capacidade contributiva	144
3.2.1. Técnicas de tributação e a realização da capacidade contributiva	149
3.2.1.1. Capacidade econômica <i>versus</i> capacidade contributiva	150
3.2.1.2. Extensão do princípio da capacidade contributiva: apenas impostos ou todos os tributos?	154
3.2.1.3. Limitações possíveis à capacidade contributiva: progressividade de alíquotas nos impostos reais	157
3.3. Instrumentos para a aferição da capacidade econômica: identificação do patrimônio, rendimentos e atividades econômicas do contribuinte	161
3.4. Princípio do não confisco	163
Esquemas – Princípios Constitucionais Tributários	167
1. Princípio da legalidade	167
2. Princípio da anterioridade geral	168
3. Princípio da anterioridade nonagesimal	168
4. Princípio da irretroatividade	169
5. Princípio da isonomia	170
6. Princípio da capacidade contributiva	171
7. Princípio do não confisco	171

Capítulo 3. Competência tributária: distribuição do poder de tributar e imunidades	172
1. Delimitação negativa da competência tributária: imunidades....	175
1.1. Imunidades: delineamentos de uma concepção	175
1.2. Imunidades aplicáveis aos impostos: artigo 150, inciso VI, da Constituição.....	178
1.2.1. Imunidade recíproca	179
1.2.1.1. Extensão material da imunidade recíproca	180
1.2.1.2 Extensão subjetiva da imunidade recíproca ...	182
1.2.2. Imunidade dos templos de qualquer culto.....	187
1.2.3. Imunidade dos partidos políticos, entidades sindicais dos trabalhadores, entidades de educação e de assistência social, sem fins lucrativos	191
1.2.4. Imunidade dos livros, jornais, periódicos e o papel destinado à sua impressão	197
1.3. Imunidade dos fonogramas e videofonogramas musicais ...	201
1.4. Outras hipóteses de imunidades	202
2. Delimitação positiva da competência tributária: Poder de tributar	204
2.1. Competência tributária positiva, capacidade tributária ativa e competência legislativa	204
2.1.1. Competência tributária positiva.....	204
2.1.2. Capacidade tributária ativa.....	212
2.1.3. Competência legislativa	213
2.2. A repartição da competência tributária e as modalidades de competência	215
2.3. Competência tributária, conceitos de direito privado e interpretação	219
2.4. Notas finais: competência tributária e justiça distributiva	224
Esquemas – Competência Tributária	225
1. Imunidades	226
1.1. Imunidade recíproca	226
1.2. Imunidade dos templos	227

1.3. Imunidade dos partidos políticos, entidades sindicais dos trabalhadores e das entidades de educação e de assistência social sem fins lucrativos.....	227
1.4. Imunidade dos livros, jornais, periódicos e o papel destinado à sua impressão.....	228
1.5. Imunidade dos fonogramas e videofonogramas musicais.....	228
2. Poder de tributar.....	229

Capítulo 4. O papel da lei complementar no direito tributário e as fontes do direito tributário..... 232

1. Lei complementar em matéria tributária.....	233
1.1. Papel da lei complementar: artigo 146 da Constituição.....	233
1.2. Normas gerais de direito tributário como reflexo do anseio pela codificação..	236
1.3. Normas gerais em matéria tributária, leis complementares e o debate sobre a hierarquia.....	239
1.4. Ausência de normas gerais e o exercício da competência tributária.....	243
2. Fontes do direito tributário.....	245
2.1. Fontes formais e fontes materiais.....	246
2.2. Instrumentos primários de introdução de normas jurídicas...	247
2.3. Instrumentos secundários de introdução de normas jurídicas.....	252
2.4. O conceito de legislação tributária para o Código Tributário Nacional.....	252
Esquemas – Fontes do Direito.....	254

PARTE II

O DIREITO TRIBUTÁRIO NO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL

Capítulo 5. Código Tributário Nacional, conceito de tributo e espécies tributárias..... 256

1. Notas introdutórias: papel e origens do Código Tributário Nacional.....	257
2. Conceito de tributo e espécies tributárias: incursões históricas....	259
3. O conceito de tributo segundo o artigo 3º do Código Tributário Nacional.....	262

3.1. Tributo é dever patrimonial exigido de forma impositiva e mediante lei.....	264
3.2. Tributo não pode ser sanção por ato ilícito	264
3.3. Tributo deve ser cobrado por atividade administrativa plenamente vinculada	268
4. As espécies tributárias	269
4.1. Quantas espécies tributárias há?	270
4.2. Análise do artigo 4º, inciso II do CTN e a relevância da destinação.....	274
4.2.1. Destinação como especificação da finalidade ou destinação normativa.....	276
4.2.2. Destinação financeira e Destinação fática.....	279
4.2.3. Conclusões preliminares: interpretação possível do artigo 4º, inciso II do CTN	281
4.3. Destinação como critério relevante: quatro espécies tributárias no texto constitucional.....	283
5. Espécies tributárias: detalhamento	283
5.1. Impostos.....	283
5.2. Taxas.....	286
5.2.1. Taxa pela utilização, efetiva ou potencial, de serviço público	287
5.2.1.1. Taxa do lixo: debates e controvérsias.....	289
5.2.1.2. Taxas de serviço público e preços públicos....	291
5.2.2. Taxas de polícia	294
5.3. Empréstimos compulsórios	296
5.4. Contribuições	298
5.4.1. Contribuições de melhoria	299
5.4.2. Contribuições gerais	301
5.4.2.1. Contribuições da União: sociais, de intervenção no domínio econômico e no interesse de categorias profissionais e econômicas	303
5.4.2.2. Contribuições dos estados, Distrito Federal e municípios: financiamento da Previdência e COSIP	312
Esquemas – Conceito de tributo e espécies tributárias.....	314

Capítulo 6. Vigência, aplicação e interpretação das normas tributárias.....	316
1. Vigência da legislação tributária	317
2. Aplicação da legislação tributária.....	321
3. Interpretação da legislação tributária	322
3.1. Interpretação como ato de construção de sentido	323
3.2. Interpretação e integração no Código Tributário Nacional: artigos 107 a 112.....	333
3.2.1. Artigo 108 do CTN: integração da legislação tributária	334
3.2.1.1. Analogia.....	336
3.2.1.2. Equidade.....	338
3.2.2. Artigos 109 e 110 do CTN: direito privado e direito tributário.....	339
3.2.3. Artigo 111 do CTN: interpretação literal	344
3.2.4. Artigo 112 do CTN: <i>in dubio pro reo</i>	347
Capítulo 7. A relação jurídica tributária: aspectos gerais	352
1. O objeto da relação jurídica tributária: a obrigação tributária no CTN.....	354
2. A regra-matriz de incidência tributária: instrumento de análise das normas tributárias.....	358
3. Formalização do fato jurídico tributário em linguagem competente e a constituição da relação jurídica tributária	363
Capítulo 8. Antecedente da regra-matriz de incidência tributária: o fato jurídico tributário	366
1. Critério material no CTN: o fato gerador da obrigação tributária...	368
2. Momento da ocorrência do fato gerador: o critério temporal no CTN.....	371
Capítulo 9. Consequente da regra-matriz de incidência tributária: a relação jurídica tributária	380
1. Critério pessoal da regra-matriz de incidência tributária: sujeição passiva e sujeição ativa	382
1.1. Sujeito ativo da relação jurídica tributária	382

1.2. Sujeito passivo da relação jurídica tributária.....	384
1.2.1. Sujeito passivo da obrigação tributária acessória	384
1.2.2. Sujeito passivo da obrigação tributária principal.....	385
1.2.2.1. Aspectos gerais: arts. 123 a 127 do CTN	386
1.2.2.2. Responsabilidade tributária.....	391
1.2.2.2.1. Definição de responsável tributário: artigo 128, CTN	391
1.2.2.2.2. Modalidades de responsabilidade tributária no CTN.....	397
1.2.2.2.2.1. Responsabilidade de sucessores	399
1.2.2.2.2.1.1. Responsabilidade pela aquisição de imóveis: artigo 130, CTN.....	399
1.2.2.2.2.1.2. Responsabilidade pela aquisição de bens e na sucessão hereditária: artigo 131, CTN	401
1.2.2.2.2.1.3. Responsabilidade na prática de operações societárias e aquisição de estabelecimentos e/ou fundo de comércio: artigos 132 e 133, CTN.....	402
1.2.2.2.2.2. Responsabilidade de terceiros.....	408
1.2.2.2.2.2.1. Responsabilidade de terceiros por culpa: artigo 134, CTN.....	408
1.2.2.2.2.2.2. Responsabilidade de terceiros por ato ilícito, fraude e dolo: artigo 135, CTN.....	411
1.2.2.2.2.2.3. Responsabilidade de sócios por débitos de pessoas jurídicas: entre o artigo 134 e o artigo 135, CTN	412
1.2.2.2.2.2.4. O Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica e a responsabilidade tributária de sócios	422

1.2.2.2.3.	Responsabilidade por infrações.....	426
1.2.2.2.3.1.	Responsabilidade subjetiva e pessoal: artigos 136 e 137, CTN.....	427
1.2.2.2.3.2.	Denúncia espontânea da infração: artigo 138, CTN	432
1.2.2.2.3.2.1.	Denúncia espontânea e as obrigações acessórias.....	434
1.2.2.2.3.2.2.	Denúncia espontânea e as obrigações principais: a figura do parcelamento e os tributos lançados por homologação	435
2.	Critério quantitativo da regra-matriz de incidência tributária: base de cálculo e alíquota	442
	Esquemas – Sujeição passiva no direito tributário	444
1.	Responsabilidade de sucessores.....	445
2.	Responsabilidade de terceiros	447
3.	Responsabilidade por infrações	449
Capítulo 10.	Constituição da relação jurídica tributária	450
1.	Surgimento da relação jurídica tributária: declaração do fato jurídico tributário em linguagem competente	452
2.	Crédito tributário e lançamento: definição e disciplina no Código Tributário Nacional.....	453
2.1.	Crédito tributário: disposições gerais	454
2.2.	Crédito tributário: constituição	455
2.2.1.	Definição e aspectos gerais do lançamento tributário	456
2.2.1.1.	Definição de lançamento tributário: artigo 142, CTN	456
2.2.1.2.	Regras para a realização e modificação posterior do lançamento tributário: artigos 143 a 146 e artigo 148 do CTN.....	458
2.2.2.	Modalidades de lançamento tributário	462
2.2.2.1.	Lançamento por declaração: artigo 147 do CTN	462

2.2.2.2. Lançamento de ofício: artigo 149 do CTN.....	463
2.2.2.3. Lançamento por homologação: artigo 150 do CTN.....	466
2.2.2.3.1. Aspectos gerais	466
2.2.2.3.2. Debates em torno do lançamento por homologação.....	468
Esquemas – Constituição da relação jurídica tributária	473
1. Modalidades de lançamento	474
2. Lançamento por declaração.....	474
3. Lançamento de ofício.....	475
4. Lançamento por homologação	476
Capítulo 11. Modificações à relação jurídica tributária: suspensão da exigibilidade, exclusão e extinção	478
1. Suspensão da exigibilidade da relação jurídica tributária: artigo 151, CTN	480
1.1. Efeitos da suspensão da exigibilidade	480
1.2. Suspensão da exigibilidade e os prazos de decadência e prescrição	482
1.3. Hipóteses de suspensão da exigibilidade.....	484
1.3.1. Moratória.....	484
1.3.2. Depósito integral.....	487
1.3.3. Reclamações e os recursos administrativos.....	492
1.3.4. Concessão de tutelas provisórias: medidas liminares e tutela antecipada	493
1.3.5. Parcelamento	494
2. Extinção da relação jurídica tributária: artigo 156, CTN	496
2.1. Pagamento e suas modalidades	497
2.1.1. Pagamento	497
2.1.1.1. Objeto, tempo, lugar e forma do pagamento...	497
2.1.1.2. Pagamento indevido e condições para restituição	500
2.1.1.2.1. Aspectos gerais	500
2.1.1.2.2. Restituição de tributos indiretos	501

2.1.1.2.3.	Prazo para a restituição de tributos	505
2.1.2.	Conversão do depósito em renda	512
2.1.3.	Pagamento antecipado e a homologação do lançamento	512
2.1.4.	Consignação em pagamento	513
2.1.5.	Dação em pagamento de bens imóveis	514
2.2.	Compensação	515
2.3.	Transação	517
2.4.	Remissão	521
2.5.	Decadência	522
2.6.	Prescrição	527
2.6.1.	Constituição da relação jurídica tributária pela via do lançamento: <i>dies a quo</i> da prescrição	528
2.6.2.	Constituição da relação jurídica tributária pelo sujeito passivo e o <i>dies a quo</i> da prescrição	530
2.6.3.	Causas de interrupção da prescrição	533
2.7.	Decisão administrativa irreformável	536
2.8.	Decisão judicial passada em julgado	538
3.	Exclusão da relação jurídica tributária	539
3.1.	Isenção	540
3.2.	Anistia	545
	Esquemas – Hipóteses de modificações da relação jurídica tributária	547
1.	Decadência	548
2.	Prescrição	549
	Capítulo 12. Garantias e privilégios do crédito tributário	550
1.	Garantias do crédito tributário	552
2.	Privilégios do crédito tributário	559
	Capítulo 13. Administração tributária: fiscalização e dívida ativa	564
1.	Fiscalização	565
1.1.	Objeto, limites e garantias da fiscalização	567

1.2. Sigilo fiscal e compartilhamento de informações	569
1.3. Ainda os limites do sigilo fiscal	576
2. Dívida Ativa	578
3. Certidões Negativas	582
Referências bibliográficas.....	584